



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o presente relatório das atividades realizadas em 2009, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A CETESB, empresa da administração indireta do Estado de São Paulo, integrante do SEAQUA - Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção e Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais, criado pela Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, tem como missão "Promover a Melhoria e Garantir a Qualidade do Meio Ambiente no Estado de São Paulo, visando ao desenvolvimento social e econômico sustentável".

A promulgação da Lei Estadual nº 13.542 reorganizou o SEAQUA e ampliou as atribuições da CETESB, especialmente com a incorporação de competências relativas à aplicação da legislação florestal, na avaliação de impactos ambientais e na proteção aos mananciais de abastecimento público de água.

Para atender suas atribuições legais a esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro de 1.988 profissionais, sendo 1.190 de nível universitário/gerencial, 707 de nível médio (técnicos e administrativos) e 91 operacionais. Está organizada em 3 Diretorias e a Presidência, 52 Agências Ambientais distribuídas no território do Estado de São Paulo e 1 Setor de Atendimento Avançado (Poupatempo).

A CETESB manteve-se em 2009 como um dos 16 Centros de Referência da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões ambientais, também como uma das cinco instituições de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o abastecimento de água e saneamento, sendo também considerada, órgão de referência e consultoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para questões relacionadas a resíduos perigosos na América Latina e Caribe, um dos três Centros Colaboradores da Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) na preparação de equipes de atendimento a emergências para casos de desastres, um dos doze Centros Regionais Nomeado para a Convenção de Estocolmo, nomeada para a região da América Latina e Caribe e membro da Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados, na qual exerceu a presidência de seu Comitê Gestor, desde sua fundação até o final de 2009.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, à medida que a CETESB não exerce atividade eminentemente econômica.

Sua atuação é que permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando os recursos naturais e a saúde pública e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrente das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB, como pelas ações corretivas que minimizam custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado ainda à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

No entanto, os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, ainda que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria dos indicadores da saúde pública e pela redução dos índices de absentismo no trabalho por motivos de saúde relacionados à poluição e, ainda, pela preservação do patrimônio público e privado.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CETESB EM 2009

A atuação da CETESB no ano de 2009, mais uma vez consolida a vocação que tem norteador sua atuação ao longo de sua existência: uma organização centrada na defesa da saúde pública e na proteção do meio ambiente, dotada de um corpo técnico e instrumentos administrativos e tecnológicos capazes de prevenir e controlar os problemas decorrentes da poluição ambiental e, assim, contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.

A Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e a CETESB trabalham, desde o início desta gestão em 2007, com o planejamento de suas atividades baseado na priorização de ações explicitada nos 21 Projetos Ambientais Estratégicos da SMA, que repercutem no cotidiano das ações da CETESB e foram incorporados ao planejamento das atividades da Companhia.

É importante ressaltar o caráter matricial dos Projetos Estratégicos, envolvendo técnicos de várias áreas da SMA e também destacar a atuação da CETESB, especialmente nos projetos que têm a coordenação sob responsabilidade de profissionais da Companhia, caso dos projetos Licenciamento Unificado, Lixo Mínimo, Onda Limpa, Esgoto Tratado, Desmatamento Zero e Respira São Paulo.

As atividades da CETESB fazem parte do Programa de Gestão e Controle da Qualidade Ambiental inserido no Plano Plurianual do Estado - PPA. O Plano contempla cinco linhas de ação, que organizarão a apresentação desse relatório: **a inspeção em fontes poluidoras do meio ambiente; o licenciamento ambiental; o atendimento às demandas públicas relativas à qualidade ambiental; a avaliação da qualidade ambiental; e o suporte técnico e administrativo às atividades da companhia.** Cada uma dessas linhas de atuação, nas suas principais atividades, passam a ser relatadas a seguir.

Inspeção em fontes poluidoras do meio ambiente

A CETESB implantou em 2009 o Sistema de Inventário de Emissões das Fontes Estacionárias do Estado de São Paulo. Trata-se de um sistema informatizado, dirigido à obtenção de informações referentes ao consumo de matéria-prima, à produção, às emissões atmosféricas, aos efluentes líquidos e à geração de resíduos sólidos, tendo convocado 1.369 indústrias que apresentam emissões potenciais relevantes a fornecer esses dados. Os resultados obtidos com a consolidação dos dados declarados fornecerão a base do inventário de fontes estacionárias de poluição ambiental do Estado.

Em 2009 foram realizadas 43.422 inspeções técnicas em fontes fixas de poluição. Em decorrência dessa ação, foram lavrados 8.806 autos de advertência e aplicadas 3.087 multas.

Em relação aos postos de combustíveis, a CETESB procedeu à convocação de cerca de 8.500 estabelecimentos visando ao seu licenciamento ambiental, conforme previsto pela resolução CONAMA nº 273. Considerando que uma parcela significativa dos postos convocados continuavam inadimplentes quanto ao licenciamento, apesar das ações administrativas executadas pelas agências ambientais, foram desencadeadas, no período de janeiro a dezembro de 2009, cinco ações conjuntas no Estado de São Paulo, que objetivaram exercer uma fiscalização mais rigorosa sobre esses estabelecimentos. Em razão dessas ações, foram realizadas nesse período 10.000 vistorias e aplicadas 500 multas pontuais, 800 multas diárias e 71 interdições. Com a intensificação destas ações mais de 1.000 postos concluíram seu processo de licenciamento.

No controle das fontes móveis foram lavradas cerca de 12.000 multas por emissão de fumaça preta acima do padrão legal. Como agente técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA, para o gerenciamento conjunto dos principais programas de controle da poluição veicular no país, foram emitidos 411 pareceres técnicos.

Licenciamento ambiental

As ações de licenciamento ambiental de fontes de poluição em 2009 resultaram na emissão de 24.226 licenças, 421 autorizações para supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, 4.981 Certificados de Dispensa de Licenciamento e 1.478 Pareceres Técnicos.

Na avaliação de impacto ambiental foram produzidos pareceres técnicos

que subsidiaram a emissão de 92 Licenças Prévia, 50 Licenças de Instalação e 39 Licenças de Operação. Numericamente pequenas, essas avaliações tratam de projetos de grande importância como, por exemplo, novas unidades da indústria automobilística, a ampliação de unidades siderúrgicas, o plano que trata da ampliação da rede de dutos de combustíveis, as ampliações de unidades industriais de produção de açúcar, álcool e co-geração de energia, e da ampliação do sistema metroviário.

Para o aprimoramento do processo de licenciamento, foi implantado o Sistema de Licenciamento Simplificado - SILIS, sistema informatizado via internet, baseado na certificação digital, por meio do qual empreendimentos de baixo potencial poluidor realizam o seu licenciamento ambiental utilizando o meio eletrônico remoto, dispensando o deslocamento dos interessados até uma Agência Ambiental. Com a adoção do SILIS o tempo médio total para o licenciamento de empreendimentos de baixo potencial poluidor pôde ser reduzido de 90 dias, em média, para até 15 dias. No decorrer de 2009, o sistema recebeu 4.290 solicitações, aproximadamente 12 por dia. Dessas solicitações, 3.446 foram atendidas com a emissão da licença, em um tempo médio de 9 dias, apesar de o compromisso da CETESB para emissão de licença por esse sistema ser de 15 dias.

Atendimento às demandas públicas relativas à qualidade ambiental

Atendimento a reclamações: atendimento a 14.003 reclamações relativas a fontes de poluição e 9.288 reclamações relativas a emissão de fumaça preta, sendo fornecidas informações quanto às questões ambientais e providenciando os encaminhamentos necessários.

Atendimento ao Ministério Público: foram atendidas 5.724 solicitações do Ministério Público relativas à área de atuação da CETESB.

Atendimento a emergências ambientais: em 2009 a CETESB atendeu a 392 ocorrências com produtos químicos, além de desenvolver diversas atividades para evitar e/ou minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde pública causados por acidentes ambientais.

Ações articuladas com municípios: durante o ano de 2009, várias ações foram desenvolvidas para o compartilhamento do licenciamento e fiscalização ambientais com os municípios, envolvendo treinamentos para capacitação dos técnicos de prefeituras.

O objetivo é o de aumentar o número de municípios paulistas envolvidos com a gestão e o licenciamento das fontes de poluição e das atividades geradoras de impacto ambiental local.

O resultado dessa ação em 2009 foi o início da gestão compartilhada com a emissão das primeiras licenças ambientais pelos municípios de Araraquara, Campinas, Guarulhos, Presidente Bernardes, Rio Claro, Tatuí e Valinhos.

Além dessas municipalidades, firmaram convênio com o mesmo objetivo e encontram-se prestes a iniciar os primeiros licenciamentos as prefeituras de Itaquaquecetuba, Lins, São Carlos e Santo André.

Durante o ano de 2009 foram desenvolvidos treinamentos para municípios interessados na gestão ambiental compartilhada. Essas atividades de capacitação no licenciamento e fiscalização ambiental atenderam, além dos municípios citados acima, as prefeituras de Bertoga, Cajamar, Itanhaém, Mogi Guaçu, Paulínia, Penápolis, Porto Feliz e Ribeirão Pires, totalizando cerca de seiscentos técnicos municipais treinados.

Ações articuladas com outras instituições: com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade ambiental do Estado por meio do fortalecimento técnico e institucional dos Municípios e outras instituições, a CETESB desenvolve uma série de atividades destinadas ao apoio técnico para elaboração de projetos no âmbito das questões ambientais, destacando-se as atividades para a disseminação de conceitos e a promoção da adoção de medidas de produção mais limpa (P2/P+L), e o suporte às ações dos programas PROCLIMA e PROZONESP do Estado de São Paulo.

A CETESB também mantém convênios com o Banco Mundial, o PNUD, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Governo Britânico para a realização de estudos e serviços relacionados à emissão de gases de efeito estufa, como a elaboração do Relatório de Referência das emissões nacionais de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes dos anos de 1990 a 2005, a coordenação de uma rede nacional de inventário de gases de efeito estufa, a elaboração de um cenário nacional das emissões de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes para o ano de 2030, o fomento ao uso energético do biogás, o fomento aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, a elaboração do inventário das fontes e sumidouros de gases de efeito estufa de todas as atividades da economia do Estado de São Paulo e o apoio ao Governo Federal para a implementação das medidas de banimento das substâncias que destroem a camada de Ozônio.

Na condição de Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, a CETESB analisou, aprovou, gerenciou e acompanhou a implantação de projetos relacionados com a coleta e o tratamento de esgotos, a disposição de resíduos sólidos domésticos, a qualidade de águas, solo e vegetação, bem como de conservação ambiental. As atividades de análise de projetos visando à contratação de financiamento resultaram na aprovação de cerca de R\$ 45 milhões.

Como Agente Técnico e Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, executou em 2009 os procedimentos administrativos para 130 novos financiamentos não reembolsáveis, no valor aproximado de R\$ 24 milhões para municípios do Estado de São Paulo.

O FECOP também apóia o Projeto Capacitação Técnica para a CETESB/SMA, tendo proporcionado 277 treinamentos nacionais e 7 internacionais, a vinda de 1 consultor nacional e 8 internacionais, 19 representações institucionais e o apoio a 2 seminários.

O Programa de Controle de Poluição (PROCOP) tem como objetivo auxiliar no controle e prevenção da poluição ambiental por meio de uma linha específica de financiamento (Programa de Financiamento ao Controle - PFC), além de apoiar a capacitação técnica e operacional da instituição (Programa de Assistência Técnica - PAT). No escopo do PAT estão sendo desenvolvidos os projetos "Processo de Qualidade Total" e "Levantamento da Contaminação Ambiental do Sistema Estuarino de Santos e São Vicente".

Por meio das Câmaras Ambientais, colegiados de caráter consultivo da SMA, constituídos no âmbito da CETESB, tem-se buscado promover a melhoria da qualidade ambiental pela permanente interação entre o poder público e os setores produtivos e de infra-estrutura do Estado de São Paulo. Atualmente são 15 Câmaras Ambientais em atividade, produzindo normas técnicas, procedimentos, eventos e treinamentos, entre os quais merecem destaque:

- Guia Técnico Ambiental da Indústria Têxtil - Série P+L;
- Procedimento para Avaliação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transporte;
- Roteiro para Execução de Investigação Detalhada e Elaboração de Plano de Intervenção em Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis;
- Termo de Referência para Elaboração do Plano de Monitoramento de Emissões Atmosféricas da Indústria Cítrica;
- Divulgação do tema Mudanças Climáticas a diversos setores produtivos;
- Programa de Implementação de Gerenciamento de Áreas Contaminadas com Base no Risco.

Transferência de conhecimento/tecnologia ambiental: Em 2009 foram introduzidas novas modalidades de ensino: cursos rápidos após o expediente de trabalho, ensino à distância por meio de vídeo conferência pela Rede do Saber, mestrado profissional em parceria com o Centro Paula Souza, cursos regionais e oficinas de trabalho. Foram realizadas 3.839 capacitações de público interno e externo, 277 treinamentos nacionais e 7 treinamentos internacionais.

AValiação da Qualidade Ambiental

Análises Ambientais: Foi inaugurado o Laboratório de Dioxinas e Furanos, o primeiro laboratório público do país com capacidade de analisar esses poluentes orgânicos persistentes, listados na Convenção de Estocolmo.

Foram realizadas 20.150 coletas de amostras de diversas matrizes ambientais (água, efluentes domésticos e industriais, resíduos, solo e ar)

para análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas.

Avaliação da qualidade do ar: Importante instrumento de suporte das ações preventivas e corretivas de controle de poluição do ar, que impedem a degradação ambiental, o monitoramento da qualidade do ar foi executado através da operação e manutenção de uma rede de monitoramento contínuo e automático da qualidade do ar com 42 estações fixas, sendo 22 na RMSP, 3 em Cubatão, 17 no interior do Estado e 3 estações móveis. Os boletins diários de qualidade do ar foram divulgados pelo site da CETESB na internet e pela imprensa falada e escrita. Foi mantida também em funcionamento em 25 cidades do interior a rede manual de avaliação da qualidade do ar e intensificado o uso de bioindicadores, especificamente para fluoretos e ozônio, como ferramenta de apoio para avaliação da qualidade do ar.

Os gráficos a seguir mostram como a qualidade do ar se comportou ao longo dos últimos 10 anos, até 2008, tendo em vista que o tratamento dos dados referentes a 2009 ainda não foi concluído. Pela análise dos gráficos pode-se perceber uma tendência de queda na concentração das partículas inaláveis (figura 1), dióxido de enxofre (figura 2) e monóxido de carbono (figura 3) na maioria dos locais monitorados pela CETESB. Essas constatações são importantes para direcionar e conduzir novas ações de gestão ambiental. Com relação ao ozônio (figura 4), não há ainda uma tendência definida.

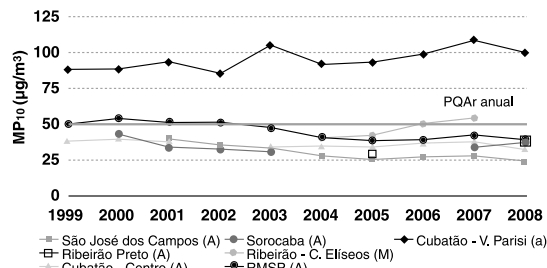


Figura 1 - Evolução da concentração de partículas inaláveis (MP10) na RMSP e interior e litoral comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr).

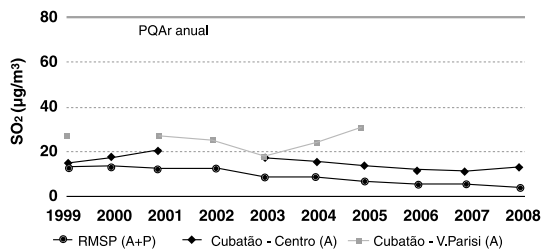


Figura 2 - Evolução da concentração de dióxido de enxofre (SO2) na RMSP e Cubatão comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr).

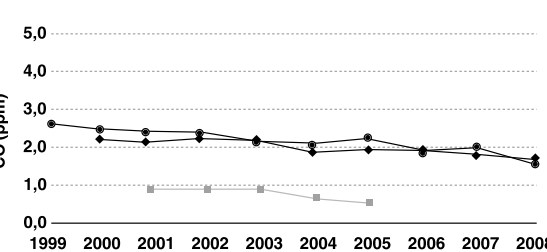


Figura 3 - Evolução da concentração de monóxido de carbono (CO) na RMSP, Campinas e Paulínia.

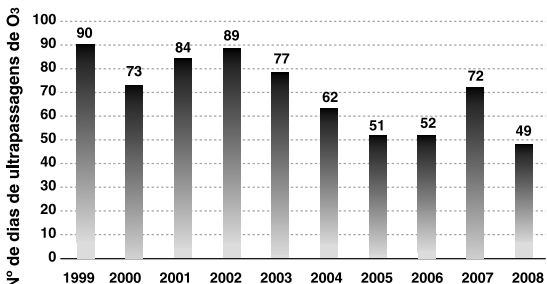


Figura 4 - Evolução do número de dias com ultrapassagem do Padrão de Qualidade do Ar (PQAr) para o ozônio na RMSP

Avaliação da qualidade das águas superficiais

Águas interiores (rios, lagos e sedimentos): a rede de monitoramento tem sido continuamente aprimorada nos últimos anos. Eram 132 pontos em 1995 e em 2009 foram 405 (incluindo 13 pontos da rede automática de qualidade da água das Bacias do Alto e Médio Tietê). A CETESB é uma das poucas Agências Ambientais do Brasil a operar uma rede de sedimentos em corpos d'água, o que é particularmente importante para avaliar a presença de compostos tóxicos persistentes. Atualmente são 26 pontos, nos quais são analisados até 57 parâmetros físico-químicos, hidrobiológicos e ecotoxicológicos.

O gráfico a seguir mostra que as condições de qualidade PÉSSIMA e RUIM dos corpos d'água monitorados pela CETESB de 2003 a 2008 tiveram uma retração de 5%, ao mesmo tempo em que se observou um incremento da população no Estado de aproximadamente 2 milhões e 300 mil habitantes. Portanto, o investimento em saneamento, associado às ações de controle da CETESB, tiveram um reflexo positivo na qualidade das águas superficiais no período considerado (os dados referentes a 2009 não foram considerados por não ter sido concluído o tratamento dos mesmos).

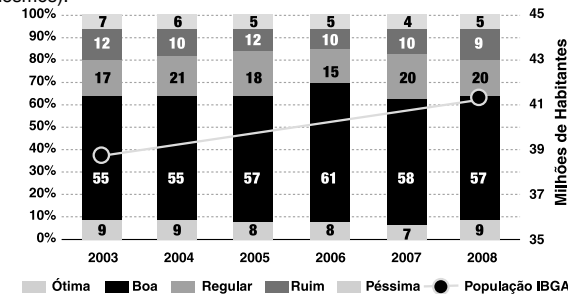


Figura 5 - Evolução do Índice de Qualidade das Águas (IQA) e a população no Estado de São Paulo

O ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município, que acompanha e avalia a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto evoluiu de um ICTEM médio de 4,5 em dezembro de 2008 para 4,9 no final de 2009, ressaltando-se a redução de 158 para 124 o número de municípios sem nenhum sistema de tratamento.

Balneabilidade das praias: foram monitorados 40 pontos em praias interiores e 155 pontos em 136 praias de alta frequência de turistas no litoral do Estado, abrangendo 15 municípios, e perfazendo, em média, 1 ponto de amostragem a cada 1,5 km de praia. Foram emitidos,

continua →

→ continuação



CETESB

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

semanalmente, boletins de balneabilidade das praias litorâneas e divulgados à população por meio da imprensa falada e escrita, pelo site da CETESB na internet, ou em outros sites de diversos provedores e órgãos por meio de convênios.

• Avaliação da qualidade do solo e das águas subterrâneas

Águas subterrâneas: foi realizado o monitoramento semestral da qualidade das águas subterrâneas no Estado de São Paulo, por meio de 173 pontos de amostragem, para monitoramento de mais de 40 parâmetros distribuídos em 19 UGRHs (Unidade de Gestão de Recursos Hídricos).

Resíduos Sólidos Domiciliares: A ação de controle exercida pela CETESB, ao lado das iniciativas desencadeadas pelos projetos Lixo Mínimo e Município Verde Azul, possibilitaram a redução do número de aterros inadequados no Estado, passando de 143 no início de 2007, para 7 no final de 2009. Os dados completos sobre este trabalho estão disponíveis no site da CETESB, junto com o inventário de resíduos domiciliares de 2009.

Destaca-se que esse resultado se deve não somente às ações de controle, mas também às ações de capacitação dos gestores municipais para melhor operação dos aterros sanitários, atividade que compreendeu todos os municípios do Estado.

Áreas Contaminadas: A atualização do inventário de áreas contaminadas no Estado de São Paulo resultou na identificação, até novembro 2009, de 2.903 áreas registradas, das quais 110 encontram-se reabilitadas, 819 em processo de monitoramento para reabilitação, 660 em remediação com monitoramento da eficiência e eficácia, 1.397 contaminadas e 557 contaminadas sob investigação. Dentre essas áreas, 8 foram consideradas críticas, passando a ter um processo de gestão diferenciado pela CETESB. A figura seguinte apresenta a evolução do número de áreas contaminadas identificadas no Estado, a partir de 2002, quando deu-se início à divulgação dos dados do Cadastro.

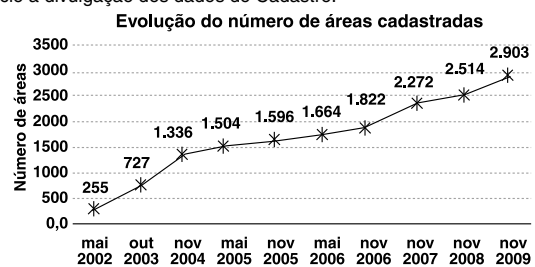


Figura 6 - Evolução do número de áreas contaminadas no Estado de São Paulo

A cooperação técnica com outros órgãos do Estado de São Paulo, com municípios, com órgãos ambientais de outros estados e com outros países em assuntos relacionados ao gerenciamento de áreas contaminadas é outra atividade que merece ser apontada.

Deve também ser destacada a iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que sancionou, em 08 de julho de 2009, a Lei nº 13.557 que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas no Estado de São Paulo.

SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES DA COMPANHIA

Desenvolvimento e capacitação profissional: objetivando potencializar sua capacidade de atuação e a atualização de seu quadro de pessoal, foram realizadas 2660 capacitações em 78 cursos. Foram também oferecidos 66 cursos para 1179 participantes externos.

Desenvolvimento e gestão da qualidade: o Programa de Qualidade e Produtividade da CETESB manteve as Certificações de Qualidade do Setor de Operações de Emergência, Setor de Transferência de Conhecimento Ambiental, Agência Ambiental de Bauru e Setor de Análise de Riscos pela Norma ABNT NBR ISO 9001:2000, concedidos pela Certificadora alemã Germanischer Lloyd Industrial Services do Brasil.

O Programa manteve a acreditação de 14 laboratórios (ensaios laboratoriais e veiculares), pela Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, por meio da realização de auditorias do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO e de análises críticas do Sistema de Gestão da Qualidade do Programa de Qualidade e Produtividade. Promoveu também avaliações de desempenho por meio de ensaios de proficiência, realizados em 14 laboratórios.

Ações de suporte e desenvolvimento: foram realizadas 252.500 análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas, atendendo solicitações de órgãos oficiais de saneamento, saúde pública, prefeituras municipais, Ministério Público, indústrias e clientes particulares, bem como para fornecer subsídios e apoio técnico ao licenciamento e fiscalização e aos diversos programas desenvolvidos na CETESB.

Cooperação técnico científica nacional e internacional: em continuidade as suas ações e seguindo a tendência global, a CETESB incentiva a Cooperação Internacional a fim de possibilitar o intercâmbio científico e tecnológico, a captação de recursos para projetos ambientais e a integração com parceiros que trabalham pela qualidade de vida no planeta com objetivo comum do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, em 2009 manteve projetos de cooperação internacional com as seguintes instituições: Organização Panamericana da Saúde - OPAS; Ministério de Meio Ambiente (Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA); Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos - EPA; Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD; Agência de Comércio dos Estados Unidos (TDA) e a Agência Federal da Alemanha (UBA).

Vale ressaltar alguns projetos em desenvolvimento, como *Estudo de Caso de Baixo Carbono no Brasil*, com recursos financeiros do Banco Mundial - BIRD; o Projeto de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA para o desenvolvimento e operação de uma Rede de Informação e Capacitação em Consumo e Produção Sustentável para América Latina e Caribe; a definição como centro nomeado da Convenção de Estocolmo das Nações Unidas para a América Latina para Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e apoio à Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (NRG4SD) e à Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados.

Recursos humanos: implantação do plano de carreira e aprovação do quadro de pessoal e manutenção dos programas de Integração de Novos Funcionários, Estágios, Estágios/convênio com APAE, Aprendiz e Prevenção de Riscos Ambientais.

Planejamento estratégico das agências descentralizadas: foram realizados os planejamentos estratégicos de 47 agências, estabelecendo as prioridades de cada uma delas, assim como as estratégias de enfrentamento dos principais problemas ambientais da região de sua atuação, à luz das prioridades estabelecidas nos Projetos Ambientais Estratégicos da SMA.

Gestão financeira

O ano de 2009 foi marcado pela crise financeira mundial que afetou praticamente todas as instituições. A CETESB também sofreu as consequências da crise, com início brando nos últimos meses de 2008 e mais fortemente no decorrer de 2009, especialmente no sistema de licenciamento ambiental, que sofreu forte retração, principalmente pela suspensão de novos empreendimentos. Com isso os recursos próprios não tiveram a evolução esperada, levando a Empresa a fazer uso de suas

disponibilidades, gerando uma descapitalização significativa. A Empresa intensificou as ações de cobrança, especialmente com relação às multas ambientais de fontes estacionárias, efetuando cobranças, oferecendo oportunidades de parcelamento ou inscrevendo-as na dívida ativa do Estado. De igual forma, ajustou os preços de seus produtos e serviços, como forma de garantir recursos para os investimentos necessários à manutenção de seus laboratórios e à implementação do projeto do "Licenciamento Ambiental Unificado".

• Execução Financeira

Composição dos Ingressos

A participação dos recursos do Tesouro do Estado na composição dos ingressos de recursos diminuiu consideravelmente ao longo dos anos, observando-se que em 1995 esta participação era de 88%, enquanto que em 2009 a participação foi de 56,1% (figura 7).

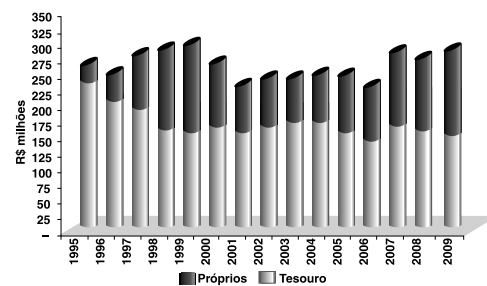


Figura 7 - Composição dos ingressos (valores atualizados para Dez/09 pelo IPC-Fipe)

Composição dos Desembolsos

Quanto aos desembolsos, observa-se que as despesas de Pessoal e Reflexos, têm se mantido quase constantes nos últimos anos, apesar dos reajustes salariais anuais concedidos e em 2009, pelo custo adicional com a implantação do Plano de Carreira.

Registre-se que a constante redução das despesas de custeio que vinha ocorrendo nos últimos anos foi interrompida com a implantação do projeto "Licenciamento Ambiental Unificado", que ampliou de 35 para 52 Agências Ambientais.

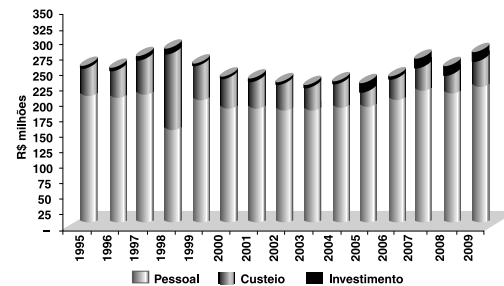


Figura 8 - Despesas de custeio (valores atualizados para Dez/09 pelo IPC-Fipe)

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

Ativo	2009	2008	Passivo e Patrimônio Líquido	2009	2008
Circulante	73.187	87.579	Circulante	99.386	108.031
Caixa	11	11	Fornecedores	5.739	3.796
Bancos	1.368	950	Salários e Remunerações a Pagar	5.601	5.188
Aplicações Financeiras	46.682	60.219	Impostos e Contribuições a Recolher	11.659	11.125
Clientes	535	693	Multas a Repassar - Convênios	1.407	1.407
Adiantamentos a Empregados	1.396	1.439	Reclamações Trabalhistas	10.045	22.675
Impostos a Recuperar	139	58	Adiantamentos de Convênios	15.813	4.538
Parcelamentos a Receber	4.886	7.299	Adiantamentos de Clientes	421	447
Valores a Receber - Dívida Ativa	10.137	8.935	Prov. p/Férias, Lic. Prêmio e Encargos	23.670	24.122
Outras Contas a Receber	6.331	6.205	Outras Contas a Pagar	7.109	7.799
Estoques	1.577	1.458	Provisão para Contingências		
Despesas Exercício Seguinte	125	312	Trabalhistas	14.999	24.276
Não Circulante	398.111	370.675	Provisão para Proc.Cíveis/Fiscais	2.923	2.658
Realizável a Longo Prazo	316.698	289.759	Não Circulante	19.587	29.416
Empréstimo Compulsório FND - DL 2288	988	950	Exigível a Longo Prazo		
Adiantamentos a Empregados	1.863	1.670	Impostos e Contribuições a Recolher	3.353	4.964
Parcelamentos a Receber	3.061	3.094	Impostos Reservas de Reavaliação	2.224	2.299
Valores a Receber - Dívida Ativa	310.687	284.000	Reclamações Trabalhistas	14.010	22.153
Impostos a Recuperar	99	45	Patrimônio Líquido	352.325	320.807
Investimentos	10	10	Capital Social	134.829	134.829
Imobilizado	80.912	80.399	Adiantamentos para Aumento de Capital	6.670	4.670
Intangível	491	507	Reservas de Capital	9.585	8.203
Total	471.298	458.254	Reservas de Reavaliação	21.534	21.771
			Reservas de Lucros a Realizar	179.707	151.334
			Total	471.298	458.254

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Adiant.p/		Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital					
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	134.829	2.000	7.568	22.008	122.760	-	289.165
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	10.475	10.475
Créditos do Governo do Estado	-	2.670	-	-	-	-	2.670
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	635	-	-	-	635
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	17.787	17.787
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	1.429	(1.429)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	27.145	(27.145)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	134.829	4.670	8.203	21.771	151.334	-	320.807
Créditos do Governo do Estado	-	2.000	-	-	-	-	2.000
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.382	-	-	-	1.382
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	28.061	28.061
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	1.419	(1.419)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	26.954	(26.954)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	134.829	6.670	9.585	21.534	179.707	-	352.325

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	2009	2008
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	28.061	17.787
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação	7.052	6.068
Depreciação Intangível	232	10.475
Realização Reserva de Reavaliação	75	75
Subtotal	35.420	34.405
Variáveis no Ativo Circulante		
Clientes	158	803
Adiantamentos a Empregados	43	(351)
Impostos a Recuperar	(82)	5
Parcelamentos a Receber	2.413	2.946
Valores a Receber - Dívida Ativa	(1.202)	(559)
Outras Contas a Receber	(126)	(2.770)
Estoques	(118)	6
Despesas Exercício Seguinte	187	(90)
Subtotal	1.273	(10)
Variáveis no Passivo Circulante		
Fornecedores	1.943	(1.182)
Salários e Remunerações a Pagar	413	(1.240)
Impostos e Contribuições a Recolher	533	1.046
Multas a Repassar - Convênios	-	-
Reclamações Trabalhistas	(12.630)	22.675
Contas a Pagar	(691)	2.789
Adiantamentos a Convênios	11.274	(293)
Adiantamentos de Clientes	(26)	399
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos	(452)	(1.834)
Provisão para Contingências Trabalhistas	(9.278)	(29.568)
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	266	940
Subtotal	(8.648)	(6.268)
Total das Atividades Operacionais	28.045	28.127
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(7.753)	(11.282)
Aquisição de Investimentos	-	(2)
Aquisição de Intangíveis	(216)	(118)
Diminuição do Diferido	-	79
No Realizável de Longo Prazo	(14.516)	(25.852)
Exigíveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	9.925	1.706
Total das Atividades de Investimento	(12.560)	(35.469)
Atividades de Financiamento		
Recursos destinados a Aumento de Capital	2.000	2.670
Bens recebidos em Doação	1.382	635
Realizáveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	(12.423)	(1.010)
Recursos obtidos de Longo Prazo	(19.752)	18.919
Baixas do Ativo Permanente	189	6.916
Total das Atividades de Financiamento	(28.604)	28.130
Total dos Efeitos no Caixa	(13.119)	20.788
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	61.180	40.392
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.061	61.180
Varição no Caixa	(13.119)	20.788

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

continua →

→ continuação



CETESB

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008		
(Em milhares de reais)		
	2009	2008
Receita Operacional Bruta		
Subvenção de Custeio	169.559	166.418
Exercício do Poder de Polícia Delegado	121.110	97.391
Venda de Serviços e Produtos	4.005	3.576
	<u>294.674</u>	<u>267.385</u>
Deduções		
Cancelamento de Vendas	(933)	(985)
Impostos sobre Vendas	(694)	(626)
Receita Operacional Líquida	<u>293.047</u>	<u>265.774</u>
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	(177.538)	(146.272)
Lucro Bruto	<u>115.509</u>	<u>119.502</u>
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(104.064)	(120.860)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(836)	653
	<u>(104.900)</u>	<u>(120.207)</u>
Lucro Operacional antes dos Encargos Financeiros e Variações Monetárias	<u>10.609</u>	<u>(705)</u>
Encargos Financeiros Líquidos		
Despesas Financeiras	(361)	(636)
Receitas Financeiras	3.941	5.146
	<u>3.580</u>	<u>4.510</u>
Variações Monetárias		
Passivas	(480)	(5.211)
Ativas - Exercício do Poder de Polícia Delegado	10.986	17.701
Ativas - Outras	3.366	1.492
	<u>13.872</u>	<u>13.982</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>28.061</u>	<u>17.787</u>
Lucro Líquido do Exercício por Lote de 10 ações	<u>R\$0,06</u>	<u>R\$0,04</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008
(Valores em milhares de reais)

01 Contexto Operacional
A CETESB, empresa de economia mista constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais concernentes a sua qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição, de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA e de órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores - Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.
Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

03 Práticas Contábeis
a. Apuração do Resultado
As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
b. Aplicações Financeiras
Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.
c. Estoques
Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.
d. Investimentos
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.
e. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.
A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.
As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.
f. Ativo Intangível – Programas de Computador (Softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.
g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos
As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.
h. Arrecadação de Multas
Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade

tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2009, o lucro líquido do exercício, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, transformou-se em um prejuízo fiscal, não sendo necessário, assim, a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

04 Aplicações Financeiras

	2009	2008
Livres	21.352	45.812
Vinculadas a Convênios	25.330	14.407
	<u>46.682</u>	<u>60.219</u>

05 Parcelamentos a Receber

	Circulante		Realizável a Longo Prazo	
	2009	2008	2009	2008
Multas Fontes Móveis	9.677	9.010	289	235
Multas Fontes Estacionárias	4.345	5.490	2.567	2.637
Licenças Instalação/Func.	105	20	-	-
Assistência Médica	68	65	205	222
Outros	47	27	-	-
Prov. Créd. Liquidação Duvid.	(9.617)	(5.488)	-	-
Ajuste a Valor Presente	261	(1.825)	-	-
	<u>4.886</u>	<u>7.299</u>	<u>3.061</u>	<u>3.094</u>

06 Imobilizado

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2009		2008	
		Custo	Depreciação Líquido	Custo	Líquido
Terrenos	-	14.849	-	14.849	14.849
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	41.864	11.861	30.003	30.447
Rede Telemétrica	10	5.025	4.739	286	408
Máquinas e equipamentos	10	41.044	24.180	16.864	15.955
Móveis e utensílios	10	4.992	3.338	1.654	1.609
Veículos e embarcações	20 e 5	9.591	7.797	1.794	2.465
Microcomputadores e periféricos	20	8.743	5.807	2.936	2.669
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	921	921	-	-
Benfeitorias em propriedade terc.	20	3.926	1.673	2.253	2.328
Imobilizações em andamento		9.404	-	9.404	8.799
Outros	4	967	98	869	870
Total		<u>141.326</u>	<u>60.414</u>	<u>80.912</u>	<u>80.399</u>

b. Movimentação do Custo

	2008		2009	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.849	-	-	14.849
Edifícios e instalações	40.737	1.127	-	41.864
Rede Telemétrica	5.310	-	285	5.025
Máquinas e equipamentos	38.539	3.723	1.218	41.044
Móveis e utensílios	4.908	387	303	4.992
Veículos e embarcações	9.007	585	1	9.591
Microcomputadores e periféricos	8.627	1.264	1.148	8.743
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	-	-	921
Benfeitorias em propriedade terc.	3.866	60	-	3.926
Imobilizações em andamento	8.799	4.083	3.478	9.404
Outros	967	-	-	967
Total	<u>136.530</u>	<u>11.229</u>	<u>6.433</u>	<u>141.326</u>

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2009 foi realizado contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 mil em 2008).

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.	2009		2008	
		Custo	Depreciação Líquido	Custo	Líquido
Software	20	2.977	2.486	491	507
Total		<u>2.977</u>	<u>2.486</u>	<u>491</u>	<u>507</u>

b. Movimentação do Custo

	2008		2009	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	2.761	216	-	2.977
Total	<u>2.761</u>	<u>216</u>	<u>-</u>	<u>2.977</u>

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2009	2008	2009	2008
Impostos e Contribuições	9.844	9.376	-	-
Impostos Res. Reavaliação	75	75	2.224	2.299
Parcelamento - INSS/FNDE	1.740	1.674	3.353	4.964
	<u>11.659</u>	<u>11.125</u>	<u>5.577</u>	<u>7.263</u>

09 Valores a Receber - Dívida Ativa
A CETESB continua efetuando a inscrição das multas ambientais de fontes estacionárias no Sistema da Dívida Ativa (SDA), administrado

pela Procuradoria Geral do Estado. O valor das multas é atualizado pelo IPC-Fipe, que também é usado para atualização da UFESP. Em atendimento ao princípio contábil da prudência, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas.

10 Contingências e Compromissos Assumidos
a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisões para Contingências	
	2009	2008
Contingências Trabalhistas e Previdenciárias	14.999	24.276
Reclamações Cíveis	2.923	2.658
Total	<u>17.922</u>	<u>26.934</u>

b) A movimentação da provisão no exercício de 2009 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2008	26.934
Adições	1.281
Baixas	(10.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>17.922</u>

c) Natureza das contingências
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:
• Contencioso Cível - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escolha dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Das perdas prováveis, o principal processo consiste na correção monetária por atraso de pagamento.

• Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2009	2008
Cíveis	4.752	4.563
Trabalhistas	14.700	30.392
	<u>19.452</u>	<u>34.955</u>

11 Reclamação Trabalhista Acordada
A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) - Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão. Estando o Processo em fase de execução.

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2009	2008	2009	2008
SINTIUS	30.818	27.243	14.010	22.153
(-) pagamentos efetuados	(20.773)	(4.568)	-	-
Saldo	<u>10.045</u>	<u>22.675</u>	<u>14.010</u>	<u>22.153</u>

12 Patrimônio Líquido
a. O capital social está representado por 4.494.291.418 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.
b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.
c. A Companhia contabilizou como Adiantamento para Aumento de Capital e contrapartida em Outras Contas a Receber, o valor de R\$ 2.000 mil destinados a realização de investimentos, conforme Lei nº 13.289 de 22/12/08. Os recursos financeiros serão repassados pelo Tesouro do Estado, à medida que forem executados os projetos ambientais estratégicos do governo.

13 Cobertura de Seguros
A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros
A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FRANCISCO GRAZIANO NETO
Presidente

CONSELHEIROS:
EDUARDO PIRAGIBE GRAEFF
FERNANDO CARDOZO FERNANDES REI
KOYU IHA
NEY LOPES DE SOUZA

NORBERTO ANTONIO BATISTA
ROBERTO PENTEADO MASAGÃO
RUBENS EMIL CURY
SADALLA DOMINGOS
SONIA FRANCINE GASPAR MARMO

DIRETORIA

FERNANDO CARDOZO FERNANDES REI - Presidente
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO
MARCELO DE SOUZA MINELLI

ROSELI DE PAULA - Contadora - CRC-1SP192207/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - TGB - Auditores e Consultores, de 19/02/2010, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 03 de março de 2010

DAVIDSON CAMPANELI
HENRIQUE SHIGUEMI NAKAGAKI
JOÃO EMILIO BUZZO
RITA JOYANOVIC
ROSILENE APARECIDA CHERON GENTILE

continua →

→ continuação



CETESB

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
 São Paulo - SP

- Examinamos o balanço patrimonial da **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB**, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de

transações, e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB** em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiriam parecer sem ressalvas em 20 de fevereiro de 2009.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2010

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
 Contador 1CRC RS - 71.505/O-3 - "S" - SP
 Responsável Técnico
TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
 2RS003622/O-0 - "S" - SP



CETESB

SECRETARIA DO
 MEIO AMBIENTE



ORGANIZAÇÃO MÉDICA CRUZEIRO DO SUL S/A

CNPJ 61.613.287/0001-10

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições Legais e Estatutárias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados e demais demonstrativos contábeis, acompanhados das respectivas Notas Explicativas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos os Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras. Osasco 07.04.2010.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31.12.2009 e 31.12.2008 - (Em Reais)			
	2.009	2.008	
Ativo			
Circulante	6.113.801,21	5.727.020,43	
Disponibilidade	354.797,63	156.689,63	
Clientes	1.966.212,55	2.501.524,91	
Estoques	454.288,44	785.307,96	
Impostos a Recuperar	796.390,16	786.346,21	
Despesas Antecipadas	686.564,16	585.115,66	
Contas a Receber Diversos	1.855.548,27	912.036,06	
Não Circulante	17.827.682,03	17.623.670,14	
Realizável a Longo Prazo	562.198,13	326.775,71	
Depósito Judicial	562.198,13	326.775,71	
Investimentos	474.184,66	473.834,66	
Imobilizado Líquido	16.791.299,24	16.823.059,77	
Total do Ativo	23.941.483,24	23.350.690,57	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	8.143.658,50	6.274.513,37	
Fornecedores	922.985,26	1.532.657,06	
Obrig. Sociais e Previd.	638.085,07	511.504,05	
Obrigações Tributárias	647.091,65	691.352,33	
Credores Diversos	155.284,35	607.318,39	
Financiamentos	5.780.212,17	2.931.681,54	
Não Circulante	9.314.225,91	7.060.377,97	
Exigível a Longo Prazo	5.393.328,57	3.986.934,62	
Parcelamento Tributário	3.920.897,34	3.073.443,35	
Financiamentos	642.430,23	912.990,27	
Patrimônio Líquido	6.483.598,83	10.015.799,23	
Capital Social	10.800.000,00	10.800.000,00	
Reservas de Capital	5.785,94	5.785,94	
Reservas de Reavaliação	1.629.207,90	1.629.207,90	
Prejuízos Acumulados	-5.951.395,01	-2.419.194,61	
Total do Passivo	23.941.483,24	23.350.690,57	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31.12.2009. (Em Reais)					
	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas Especial de Capital e Reserva de Subvenção e Investimento	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2007	10.800.000,00	1.629.207,90	5.785,94	-424.511,07	12.010.482,77
Resultado do Exercício				-1.994.683,54	-1.994.683,54
Saldos em 31.12.2008	10.800.000,00	1.629.207,90	5.785,94	-2.419.194,61	10.015.799,23
Resultado do Exercício				-1.961.349,06	-1.961.349,06
RTT-Regime Tributário de Transição				-1.570.851,34	-1.570.851,34
Saldos em 31.12.2009	10.800.000,00	1.629.207,90	5.785,94	-5.951.395,01	6.483.598,83

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31.12.2009

I - Contexto Operacional: A sociedade tem como objetivo a prestação de serviços médico-hospitalar em todas as suas modalidades. **II - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da lei 6404/76 adotando-se ainda no que for compatível as normas brasileiras de contabilidade e os princípios fundamentais de contabilidade, exceto a atualização monetária face a vedação legal. **III - Principais Práticas Contábeis:** a) As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência; b) Os estoques foram avaliados pelo preço de aquisição; c) Os investimentos representados por incentivos fiscais e participações em capital de terceiros, estão contabilizados pelo custo original corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. d) O imobilizado está contabilizado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Em 31/12/2009 a sociedade mantém saldo de reavaliação de terrenos e edificações registrado líquido de depreciação no montante de R\$ 1.629.207,90. e) A sociedade optou pelo parcelamento de contribuições e impostos em 180 meses conforme lei 11.941/09. f) As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos ao arrendatário, são classificadas como arrendamento financeiro. Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro são reconhecidos no passivo pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens. g) Os valores relevantes do ativo imobilizados (veículos) foram ajustados a valor presente. O item, terrenos e edificações, por já ter sido reavaliado em anos anteriores e apresentar valor presente, não foi ajustado. h) Leis: 11.638/07, 11.941/09 e MP 449/09 e CPC's (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Com base nas leis acima e pronunciamentos contábeis a sociedade já incorporou nas demonstrações contábeis: a) Diretrizes e requisitos mínimos para estrutura, conteúdo e apresentação das demonstrações contábeis. b) CPC 2.7 - Ativo Imobilizado: principais pontos a serem considerados incluindo depreciações. A sociedade está realizando análise sobre eventuais impactos dos CPC's que serão adotados a partir de 2010. **IV - Imobilizado -** Em 31.12.2009 está assim representado:

	Saldos 31.12.2009	Saldos 31/12/2008
Custo Corrigido	31.12.2009	31/12/2008
Terrenos	3.650.000,00	3.650.000,00
Edifícios	12.721.625,06	8.715.947,52
Instalações	420.941,33	420.941,33
Equipamentos	894.658,66	889.260,66
Móveis e Utensílios	626.642,78	616.742,78
Arsenal Médico-Cirúrgico	1.234.829,33	1.233.802,14
Veículos	110.960,89	164.581,31
Poços Artesianos	63.558,36	63.558,36
Egíptios e Sist. Proc. Dados	622.136,35	646.481,73
Marcas e Patentes	3.401,30	3.401,30
Linhas Telefônicas	11.483,78	11.483,78
Imobilizações em Andamento	178.752,99	3.957.677,54
20.538.990,83	20.373.878,45	
Depreciação/Amort. Acumulada	-3.747.691,59	-3.550.818,68
Imobilizado Líquido	16.791.299,24	16.823.059,77

V - Capital Social: O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 10.800.000,00 (Dez Milhões, Oitocentos Mil Reais) dividido em 10.800.000 (Dez Milhões e Oitocentas Mil) ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Demonstração do Resultado em 31.12.2009 e 31.12.2008 - (Em Reais)			
	2.009	2.008	
Receita Bruta de Serviços	24.937.952,44	24.936.248,84	
Deduções	-2.333.039,33	-2.072.373,35	
Impostos s/ Serviços	-1.729.740,88	-1.665.908,58	
Glosas e Abatimentos	-603.298,45	-406.464,77	
Receita Líquida	22.604.913,11	22.863.875,49	
(-) Custos dos Serviços Prestados	-21.404.640,83	-14.634.548,31	
Resultado Bruto Operacional	1.200.272,28	8.229.327,18	
Despesas/Receitas Operacionais	-1.932.345,72	-9.719.271,99	
Despesas Administrativas	-2.354.535,59	-2.292.610,02	
Despesas Gerais - Administrativas	-2.375.385,53	-5.060.731,09	
Despesas Tributárias	-152.626,98	-135.137,59	
Receitas de Aluguel	2.950.202,38	2.769.206,71	
Result. Operac. Antes do Result. Financ.	-732.073,44	-1.489.944,81	
Resultado Financeiro	-1.229.313,39	-504.788,54	
Receitas Financeiras	12.877,32	7.923,46	
Despesas Financeiras	-1.242.190,71	-512.712,00	
Resultado Operacional	-1.961.386,83	-1.994.733,35	
Receitas Não Operacionais	37,77	49,81	
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	-1.961.349,06	-1.994.683,54	
(-) Provisão p/ Contrib.social			
(-) Provisão p/ Imposto de Renda			
Resultado Líquido do Exercício	-1.961.349,06	-1.994.683,54	
Demonstração do Fluxo de Caixa em 31.12.2009 - (Em Reais)			
	2.009	2.008	
Atividades Operacionais	2.950.202,38	2.777.130,17	
Recbto. Prest. Serv.	25.487.957,83	21.614.188,66	
Outros Recbto. Operac.	2.950.202,38	2.777.130,17	
Pg. Material/ Prest. Serv. Saúde	-16.202.781,68	-15.305.183,64	
Pagamento Pessoal	-4.637.479,45	-6.991.584,23	
Pagamento Pro-labore	-160.925,50	-181.000,00	
Pago. Serv. de Terceiros - Adm	-656.988,34	-1.663.042,21	
Pago. Serv. de Terceiros- Prod.	-597.704,38	0,00	
Pago. de Tributos	-2.732.881,40	-590.052,59	
Pago. de Aluguéis - Adm	-101.520,00	-518.752,27	
Pago. de Aluguéis - Produtivos	-167.016,19		
Pago. de Contribuições	-2.460.957,15	-1.754.125,03	
Outros Pagto. Operac.	-1.534.977,03	-123.356,28	
Caixa Líquido Ativ. Operac.	-815.070,91	-2.735.777,42	
Atividades de Investimento	-40.134,81	-1.303.376,62	
Pago. Aquis. A. Imobilizado	-40.134,81	-1.303.376,62	
Caixa Líquido Ativ. de Invest.	-40.134,81	-1.303.376,62	
Atividades de Financiamento	5.927.638,15	5.099.687,45	
Receb. Emp/Financiamento	5.927.638,15	5.099.687,45	
Pago.de Amort. Emp/Financ.	-3.691.746,87	-1.244.854,67	
Pago. Jrs Emp/Financ.	-869.198,30	-46.523,89	
Caixa Líquido At. Financ.	1.366.692,98	5.053.163,56	
Varição Líquida do Caixa	-511.487,26	-230.845,15	
Caixa Saldo Inicial	156.689,63	387.534,78	
Caixa Saldo Final	354.797,63	156.689,63	

Conselho Administrativo	
Dr. Roberto Cavaliere Costa	Dr. Ronaldo Jorge Azze
Diretoria Executiva	
Dr. Denir do Nascimento - Diretor Administrativo	
Dr. Rubens Corrêa da Costa Filho - Diretor de Serviços Hospitalares	
Dr. Akeshi Taira - Diretor de Serviços Ambulatoriais	
Sr. José Roberto Saccani - TC-CRC-1SP160298/O-5	
Denir do Nascimento - Diretor	
José Roberto Saccani - TC-CRC-1SP160298/O-5	

ENCIBRA S.A. ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA

CNPJ nº 33.160.102/0001-23

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar a V.Sas. o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2009, acompanhado das Notas Explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas., p/maiores ou melhores esclarec. que se façam necessários. A Diretoria

Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2009 e 31/12/2008 (Em R\$ 1)			
	2009	2008	
Ativo			
Circulante	5.229.936	3.493.714	
Caixa	12.668	3.624	
Bancos Conta Movimento	1.500.395	978.966	
Aplic. Financ. Liquidez Imediata	1.000	1.000	
Faturas a Receber	3.473.149	2.311.596	
Retenções Contratuais	4.176	4.176	
Impostos a Recuperar	155.676	119.710	
Outras Contas a Receber	82.871	74.642	
Realizável a Longo Prazo	873.866	869.216	
Títulos e Valores Mobiliários	73.010	68.360	
Depósitos Judiciais	83.595	83.595	
Empréstimos Compulsórios	3.772	3.772	
Outros Créditos	713.489	713.489	
Permanente	705.136	437.348	
Imobilizado Líquido	705.136	437.348	
Total do Ativo	6.808.937	4.800.277	
Passivo			
Circulante	2.009.548	821.101	
Fornecedores	684.456	211.555	
Impostos a Pagar	419.980	316.928	
Salários e Encargos	286.594	150.839	
Outras Contas a Pagar	618.518	141.779	
Resultado Exercício Futuro	741.131	741.131	
Receita Diferida	741.131	741.131	
Patrimônio Líquido	4.058.258	3.238.046	
Capital Social	2.600.000	2.600.000	
Reservas de Capital	114.066	34.126	
Lucros (Prej.) Acumulados	1.344.193	603.921	
Total do Passivo	6.808.937	4.800.277	

Demonstrações Contábeis: 2.1 As Demonst. Contábeis foram elaboradas de acordo com a lei das S.A. nº 6404/76, consoante às práticas contábeis descritas. 2.2 As Demonstrações Contábeis tem como padrão monetário o Real (R\$). 3. **Procedimentos Contábeis:** Dentre os principais procedimentos contábeis, destacam-se: a) Os títulos e valores mobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço, em conformidade com o princípio de competência de exercício. b) Os créditos vencidos e não liquidados há mais de 12 meses, decorrentes de serviços prestados a empresas de economia mista e órgãos públicos cujo valor monta R\$ 713.489,32 está contabilizado no Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a cobrança judicial em andamento. c) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/12/95. As depreciações foram calculadas pelo método linear, levando-se em conta a vida útil e econômica do bem. 4. **Capital Social:** O capital social é de R\$ 2.600.000,00 totalmente subscrito e integralizado, composto de 390.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 5. **Diretoria:** A diretoria foi eleita conforme AGO/AGE realizada em 16/03/2009 e arquivada na Jucesp em 01/04/09 nº 120.688/09-8. São Paulo, 31/12/2009.

Demonstração dos Exercícios (Em R\$ 1)			
	2009	2008	
Receitas Operacionais de Serviços	24.870.501	16.836.112	
Deduções da Receita	(3.292.561)	(2.224.65	